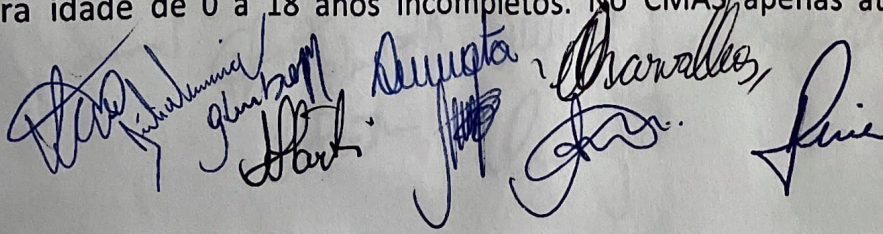


Ata reunião Ordinária 05 de julho de 2021

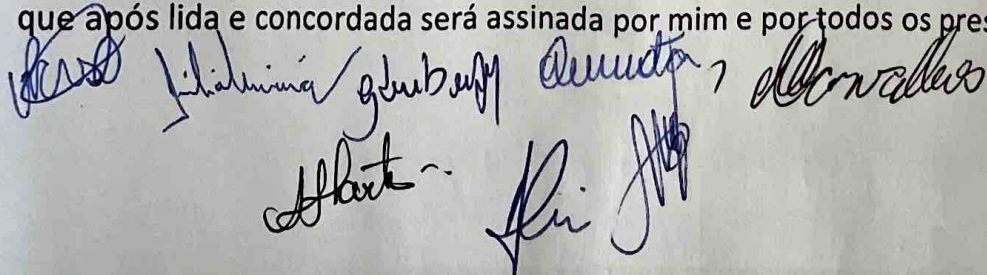
Santa Luzia, cinco de julho de dois mil e vinte e um. Ata referente à reunião ordinária do Conselho Municipal da Assistência Social juntamente com a reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizada no auditório da Creche Irmã Fabíola. Estiveram presentes: Adriana Ferreira Martins (Divina Providência - Resgate), Aline Cristina de Souza (Instituto Esperança), Amanda Pâmela Santos Gomes (Secretaria de Cultura), Ana Paula Marciano Souza (Instituto Esperança), Andreia Mendes Carvalho (APAE), Antonielle Edilia D. Ferreira (Instituto São Jerônimo), Bruna Cristina M. Mathias Santos (GADA), Cleunice de Fátima Mota (Fundação Fé e Alegria do Brasil), Diego Antônio Alves Aguiar (CERDAD), Gleide Junia Cruz Faedda (Divina Providência - Promoção), Gleuber Antônio Ribeiro Rosa (Secretaria de Finanças), Marilda dos Reis (Creche Padre Germano), Jonatas Trindade de Almeida (Associação Ministério Jericó), Júlio César Cesário de Oliveira (SMDSC), Luciene Gonzaga (SMDSC), Maria Aparecida (Profissional da Área), Maria Veriana Batista S. Puff (Creche Irmã Fabíola), Mauro Adão da Fonseca (Creche Nossa Senhora da Paz), Romana Cristina Sena Dias (Secretária Executiva dos Conselhos), Mikaela Monteiro Moraes (Secretaria de Cultura), Paulo Antônio de Oliveira Lois Mendes (Coral Mater Ecclesiae), Vânia Andrade Raste Moreira (Instituto Educação Fé e Alegria). A reunião iniciou às nove horas e vinte minutos com quórum. A reunião foi conduzida por Andreia, atual presidente do conselho, que passou a palavra para Júlio Cesar dar ciência a respeito do abrigo das crianças e adolescentes e esclarece que a Instituição Abraço receberia os acolhidos no lugar da ASSEP, e que durante a análise da planilha financeira, juntamente com Gleuber, observaram incoerências e fizeram indagações ao representante de forma a esclarecer tais informações constantes no documento. O representante se alterou e se negou esclarecer os questionamentos, optou por não efetivar o contrato com a prefeitura e afirmou que a planilha é aquela e não aceitou fazer nenhuma modificação na mesma. Júlio Cesar procurou o superior responsável dentro da Secretaria e relatou o ocorrido com o representante da Instituição quanto à negativa em esclarecer as indagações feitas a respeito da planilha e que não aceitaram fazer qualquer adequação, sendo orientado a não dar continuidade nas negociações com Instituição Abraço. Júlio César, juntamente com a equipe, foi buscar, dentro do município, uma Instituição séria e que pudesse assumir no lugar da ASSEP. Foram surpreendidos por identificar que o Instituto Esperança, que já é inscrita no CMAS, e vem prestando serviços de abrigo de idosos, já foi inscrita no CMDCA com projetos para crianças e adolescentes, e no caso seria feita reativação com complementação de abrigo para idade de 0 a 18 anos incompletos. No CMAS, apenas atualizaria a inscrição e



incluiria a descrição do abrigo de longa permanência abrangendo crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos. Gleuber falou que o Instituto Esperança vai assumir o abrigo no lugar da ASSEP, pelo período de um ano, e que mantiveram os mesmos funcionários, as crianças no mesmo local, onde estão nesse momento, não havendo nenhuma alteração nesse momento para garantir melhor adaptação e menor impacto, pensando na proteção e evitando impacto para acolhidos, lembrando que o chamamento público foi dispensado devido ao caráter emergencial. Gleuber falou que todo processo foi feito dentro de respaldo judicial e acompanhado pela Procuradoria, Ministério Público e Conselho Tutelar do município, o conselho não tomou nenhuma decisão por achar ou querer, e sim pensando no melhor para essas crianças, dentro da legalidade e documentados. Júlio Cesar reforçou que a situação, a qual as crianças foram encontradas, corroborou para todos esses desfechos, que questões financeiras não justificam a violação dos direitos dessas crianças. Gleuber falou que a instituição precisa definir valor necessário para que esse atendimento seja feito com qualidade, não privando os acolhidos de condições humanas, desde que valores fossem justificados com transparência e documentados. Andreia falou de seu espanto ao se deparar com situação em que as crianças não comiam batata frita, nem ao menos conheciam carne, especialmente levando em consideração que já tem definido valor dentro do plano de trabalho destinado para alimentação dos atendidos. Adriana perguntou se toda essa situação está documentada com relatórios através de um dossiê de todos os eventos, reforça a importância das visitas técnicas e que devem ser mais frequentes e sem qualquer aviso prévio para evitar que aconteça esse tipo de prejuízo futuramente. Júlio César reforçou que infelizmente aconteceram vários eventos quanto à negativa de acesso e a entrada na antiga instituição de vários órgãos, especialmente da Secretaria de Desenvolvimento Social e do Conselho Tutelar. Júlio César informou, diante do conselho, a fim de dar esclarecimentos e ciência a todos, que os acolhidos já estão recebendo atendimentos e tudo está resolvido e que o Instituto Esperança está responsável no lugar da ASSEP pelo período de um ano a contar da data de assinatura do contrato. Romana falou da importância na entrega dos documentos dentro do modelo já enviado a todas as instituições via e-mail, que caso ainda não tenham recebido, sinalizar. Adriana Martins perguntou quanto ao prazo para entrega. Romana falou sobre recursos livres e que a entrega dos documentos ainda não tem data definida. Gleuber explicou que à medida que documentos forem encaminhados, os mesmos serão avaliados sem necessariamente aguardar recebimento de todas as instituições. Gleuber falou sobre algumas Instituições que questionaram diferença a menor no valor e enviaram documentos para avaliação e possível correção do mesmo.

Juliana *Gleuber* *Andreia* *Adriana*
Harth *Julio* *Roberto*

Luciene explicou que aquelas Instituições que necessitam de prorrogação devem acrescentar informação detalhando o que foi realizado, o que está em andamento devido a esse período de pandemia e, principalmente, o motivo que justifique a prorrogação para utilização dos recursos recebidos. Representante da Creche Padre Germano solicitou uma prorrogação para realizar as adequações do plano de trabalho para modelo atual até final do mês de julho de dois mil e vinte e um. Andreia solicitou votação, ficando decidido a favor da prorrogação do prazo solicitado pela Creche Padre Germano, por unanimidade. Luciene apresentou a presidente Agripina, do Centro Cultural Corrente do Bem, e Maurício que também atua no atendimento falou que desde dois mil e dezenove a Instituição vem solicitando a inscrição no CMDCA e CMAS, inclusive já foi realizada a visita técnica validando que está bem constituída e tudo correto. Luciene explicou que devido à necessidade de adequação no plano de trabalho e relatório de atividades, optou por convidá-los a virem diante do conselho para apresentar quais atividades desenvolvidas e também esclarecer e orientá-los como deve ser feito as adequações de forma a possibilitar uma legitimação da inscrição. Agripina falou de todas as atividades que são ofertadas, como a oficina de artesanato e da parceria com fundação que faz doação de livros para biblioteca disponível à população. Maurício falou da parceria como representante legal, dentro do município de Santa Luzia, da RECODE que é canal on-line que atende jovens prioritariamente entre 14 a 29 anos através de compartilhamento digital e inclusive é veiculada através da rede globo, trabalha oferecendo cursos voltados para área tecnológica com carga horária baixa e emissão de certificados. Agripina ressaltou que já atua há quinze anos no município de Santa Luzia com a atividade de biblioteca que teve início devido a necessidade de um cadeirante em frequentar escola e não ter condições. Agripina falou que a biblioteca cresceu através de várias parcerias e menciona o corpo de bombeiros, aeronáutica, SESC, Ministério da Cidadania e somos parte da rede Bibliotecas Comunitárias Sul de Minas UAI que recebe apoio do instituto C&A a qual nos ajudou financeiramente para manter mediador de leitura. Agripina falou da participação de feiras literárias nas escolas, e em dois mil e dezenove participaram do programa pro-livro e competiram com cento e quarenta bibliotecas e ficaram entre as dez melhores do Brasil, inclusive tem parceria com a Kolping que também tem atuação social de inclusão digital e hortas medicinais. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a reunião às dez horas e trinta minutos, onde eu Gleide Junia da Cruz Faedda redigi redigi e transcrevi a presente ata que após lida e concordada será assinada por mim e por todos os presentes.

The block contains several handwritten signatures in blue ink. From left to right, they appear to be: a signature that looks like 'Luciene', a signature that looks like 'Agripina', a signature that looks like 'Maurício', and a signature that looks like 'Gleide Junia da Cruz Faedda'. There are also some other less legible signatures below these.